

MPLA

18 ANOS DE LUTA

1956
1974



LUCIO LARA

10 DE DEZEMBRO

DATA HISTÓRICA PARA O POVO ANGOLANO

— No dia 10 de Dezembro de 1956, foi fundado em Luanda o M. P. L. A., como consequência da fusão de três outros movimentos: o M.I.N.A., o P.L.U.A. e o M.I.A.. Desde a sua fundação até hoje, ao fim de 18 anos de luta heróica (dos quais 14 de luta armada, iniciada a 4 de Fevereiro de 1961), o M.P.L.A. tem encarnado as mais profundas aspirações do Povo Angolano, em luta contra o colonialismo, o imperialismo, o neocolonialismo e pela independência completa da nossa Pátria.

— Ao longo de todos estes anos de combate diário, muitas vitórias foram alcançadas, para as quais contribuíram decisivamente os heróicos combatentes do M.P.L.A., muitos dos quais deram a vida, para que não mais exista no nosso País a exploração do homem pelo homem.

— Contudo, o imperialismo tem desencadeado violentas ofensivas, com o objectivo de destruir o nosso Movimento e de lhe retirar o enorme apoio que goza junto do nosso Povo. Mas, o M.P.L.A. tem contrariado eficazmente todas as tentativas de sabotagem de um processo histórico irreversível: a Libertação Nacional de Angola.

— Os textos que se seguem, são uma pequena ilustração desta longa e gloriosa luta, e constituem um simples contributo para a comemoração do dia 10 de Dezembro de 1974, uma data histórica para o Povo Angolano.

VIVA O 10 DE DEZEMBRO !

VIVA O M. P. L. A. !

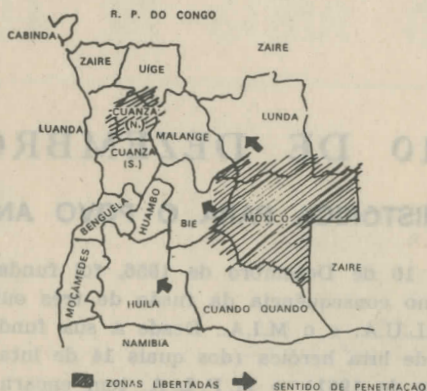
VIVA O CAMARADA PRESIDENTE AGOSTINHO NETO !

A VITÓRIA É CERTA !

1) O QUE SÃO AS ZONAS LIBERTADAS

a) O que significa a expressão «zonas libertadas»

MAPA N.º 1



O mapa n.º 1 mostra-nos seis grandes distritos em Angola. Estes distritos são as zonas político-militares nas quais o M.P.L.A. desenvolve a sua luta pela independência.

Em todas estas zonas, a luta não atingiu o mesmo grau de desenvolvimento e amplitude, embora em todas elas exista uma frente de penetração militar e política do M. P. L. A.

As zonas libertadas são em n.º de três :

- A região de Cuanza - Norte na primeira região ;
- A região de Cabinda na segunda região ;
- O leste do país, isto é a terceira região.

Isto representa 1/3 da superfície do país.

A população destas zonas é da ordem de 1 milhão de habitantes. Os militantes e responsáveis do M.P.L.A. chamam a estas zonas «zonas libertadas».

Mas o que significa isto ?

— Não são zonas livres, abandonadas pelos portugueses.

São zonas de combate entre os soldados portugueses e os guerrilheiros do M. P. L. A.

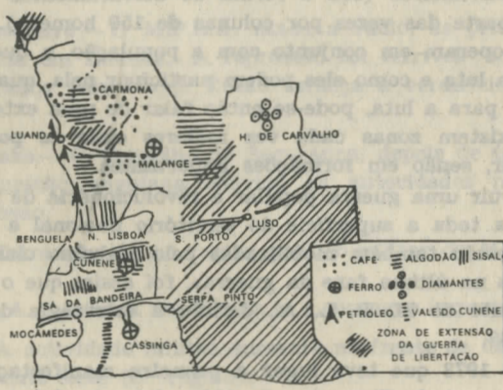
Mas nestas zonas, é o M.P.L.A. que tem a iniciativa no terreno. Os portugueses estão acantonados nos seus quartéis. Eles fazem sortidas, mas sobretudo raids de helicópteros e bombardeamentos.

— São zonas de combate mas não só. Porque não há só guerrilheiros. São zonas onde, apesar da guerra que se trava, o povo todo, constrói uma nova sociedade libertada da opressão do colonialismo.

A população ajuda, informa, reabastece os guerrilheiros. Os aldeões organizam-se. Comitês de acção responsáveis perante assembleia de aldeões são criados. Milícias populares são criadas entre os aldeões para a auto-defesa das aldeias. O trabalho agrícola faz-se em comum (aldeões e guerrilheiros em terras colectivas) e o seu produto é dividido entre todos. Uma larga campanha é levada a cabo para instruir crianças e adultos, e despertar o povo para a sua cultura nacional.

Foi criado um serviço de assistência médica a partir de nada. As mulheres estão organizadas e participam em todos os aspectos da luta.

b) A implantação das zonas libertadas — estratégia do M.P.L.A.



Como nós vemos isso no mapa n.º 2 :

A 3.ª região (a parte leste) é a parte menos desenvolvida do país. É uma região de florestas, entrecortada de zonas de agricultura de subsistência.

§ A 2.ª região (Cabinda) tem campos petrolíferos na costa litoral. Mas estes campos petrolíferos estão fora da zona libertada.

§ A luta desencadeou-se historicamente na 1.ª região (Luanda), é uma região de plantação de café e de produção de algodão. É nesta região que as zonas libertadas do M.P.L.A. estão menos desenvolvidas.

§ As cidades estão fora das zonas libertadas. O M.P.L.A. implantou-se então nas regiões menos desenvolvidas do país, nas regiões que foram mais descuidadas pelo colonialismo.

As riquezas exploradas em Angola estão por agora fora do controlo do M.P.L.A. (petróleo, diamantes, ferro). O mesmo acontece em relação às grandes plantações. Apesar disso (cf. o mapa 1), notamos a partir da 3.ª região zonas de penetração de guerrilha para o interior do país. Se compararmos os dois mapas, vemos que estas frentes de penetração são dirigidas para as regiões económicas estratégicas de Angola. É uma nova etapa de luta que se desenvolve.

O M.P.L.A. anunciou em 12 de Fevereiro de 1974 «que com a independência inevitável de Angola, todas as companhias petrolíferas que trabalham em terra e no mar serão controladas e os seus equipamentos e bens serão confiscados. Este aviso dirige-se não só às companhias que operam já em Angola mas também àquelas que procuram aí se instalar enquanto o regime colonial o permitir».

As frentes de penetração são em princípio constituídas por grupos móveis de guerrilheiros (sob a forma de destacamentos de 30 homens ou, a maior parte das vezes por colunas de 150 homens). Quando estes guerrilheiros operam em conjunto com a população, a quem explicam o sentido da sua luta e como eles podem participar nela, quando os aldeões se organizam para a luta, pode-se então falar de uma extensão de zonas libertadas. Existem zonas cada vez maiores onde os portugueses não podem mais ir, senão em formações importantes.

«Construir uma guerra popular e revolucionária de longa duração, generalizada a toda a superfície do território nacional e envolvendo as cidades, que estão também mobilizadas pelo trabalho clandestino e que serão tomadas na última fase da guerra», foi assim que o dr. Agostinho Neto, Presidente do M. P. L. A., definiu a estratégia do nosso movimento em 1968.

Foi em 1973 que teve lugar a primeira manifestação de rua em Luanda, desde o 4 de Fevereiro de 1961, data do desencadeamento da luta. O jornal do M.P.L.A. «Vitória ou Morte», publica artigos de células clandestinas do M.P.L.A. implantadas nas cidades e nas plantações.

II) O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA — M. P. L. A.

a) As etapas da luta.

1956 — Criação do M.P.L.A., fusão de vários movimentos de resistência ou organizações de luta.

1960 - Abril — O M.P.L.A. participa na Conferência Internacional de Solidariedade, em Conacry, e faz-se conhecer internacionalmente.

Mai — O M.P.L.A. apela às organizações angolanas para a unidade em vista de uma frente de libertação de Angola.

Junho — O M.P.L.A. tenta propor uma solução pacífica do problema colonial angolano a Portugal.

Agostinho Neto é preso e depois deportado. As manifestações pacíficas na sua vila natal são massacradas.

Dezembro — Depois dos portugueses terem feito vários massacres o M.P.L.A. anuncia de Londres que passa à acção armada.

1961 - Janeiro — A população da Baixa do Kassanje organiza uma greve com o fim de obter um aumento do preço do algodão, que é explorado pela companhia belga COTONANG. Os aviões dos colonialistas reprimem esta greve com bombas de napalm: 17 aldeias destruídas, 10 000 mortos e feridos, africanos!

4 de Fevereiro — O M.P.L.A. ataca a rádio, as prisões e alguns postos de polícia em Luanda. A repressão foi terrível. 3.000 africanos foram massacrados pela tropa. Então começa a verdadeira insurreição popular.

9 de Junho — O Conselho de Segurança, depois de tomado conhecimento da questão angolana convida as autoridades portuguesas a cessar a repressão.

1963 — Formação da 1.ª região político-militar do M.P.L.A. (norte de Angola).

O M.P.L.A. é a única resistência aí e consegue importantes vitórias.

1966 — A actividade militar aumenta na frente de Cabinda e dá-se abertura da frente leste (3.ª região).

1967 — Reforço da ajuda militar, política e económica da N.A.T.O. a Portugal. Fornecimento de homens e material pela África do Sul. Desenvolvimento da luta de libertação em direcção ao centro do país e abertura da frente do Nordeste (4.ª região).

1968 — Reconhecimento do M.P.L.A. pelos*Estados membros da O.U.A., em 23 de Março.

25 de Agosto — Realização da 1.ª conferência regional do M.P.L.A., numa zona libertada. Constituição nas regiões controladas pelo M.P.L.A. de organismos embrionários do poder popular: milícias, centros de ins-
trução revolucionária, centros de produção e de comércio.

Setembro — A V Cimeira da O.U.A. em Alger, reafirma que o M.P.L.A., F.R.E.L.I.M.O. e P.A.I.G.C., são os únicos representantes destes países em luta.

1969 - Janeiro — Conferência de Kartum: os movimentos de libertação das colónias portuguesas e dos países racistas da África Austral organizam a sua solidariedade.

Malo — A zona parcialmente controlada pelo M.P.L.A. estende-se por dez distritos divididos por cinco regiões (5.ª região — O CENTRO), com mais de metade da população do país. A região n.º 6 está presentemente em vias de formação.

b) Como se define o M.P.L.A. e quais são os seus fins.

O M.P.L.A. não é um partido; é uma frente de libertação nacional. É um agrupamento de todo o povo, de todos aqueles que querem lutar contra o colonialismo português e pela libertação total por uma guerra prolongada. O fim do M.P.L.A. é a libertação de Angola da dominação colonialista de Portugal e da dominação imperialista das companhias multi-nacionais e das grandes potências. Mas «a nossa contribuição deve ser dada não só para a liquidação da ignorância, da doença e das formas primitivas de organização social. É no campo da alfabetização, nas clínicas, nos centros de instrução revolucionária, na produção agrícola e industrial que cada angolano deve dar a sua contribuição... sob as bombas que caem regularmente nas florestas». Este discurso do dr. Agostinho Neto, presidente do M.P.L.A., mostra-nos um outro aspecto da luta angolana. Guerra sim, mas guerra popular.

Instruído pela história de outras nações africanas, o M.P.L.A. recusa toda a solução política do tipo neocolonialista. O fim não é uma simples mudança de patrão, do patrão branco para o patrão preto. Assim o M.P.L.A. esforça-se por mobilizar todo o povo para a construção de uma independência verdadeira, de uma nova sociedade onde o povo exercerá verdadeiramente a sua soberania. A força do M.P.L.A. é a de ter sabido, dando o exemplo em primeiro lugar, elevar a moral e a coragem do povo, e depois, ajudando e organizando politicamente e militarmente, transformá-lo de testemunha e vítima em actor vivo da sua própria história.

O PREDOMÍNIQ DO PODER POLITICO SOBRE O PODER MILITAR

O organigrama simplificado do M.P.L.A., que nós estabelecemos mostra-nos que o M.P.L.A. tem uma dupla estrutura militar e política.

Esta dupla estrutura corresponde ao seu duplo fim :

- libertar o país do colonialismo e do imperialismo ;
- construir uma nova sociedade angolana, sem esperar pela independência.

Nós salientamos a importância dos civis no movimento. Cada Comité Director Regional é formado por representantes dos comités de acção (das aldeias, sectores e zonas) representantes das organizações de massas do M. P. L. A. e de representantes do comando regional.

Mas o comando regional, ele próprio, não é exclusivamente militar ele compreende, além dos chefes militares, um comissário político. O papel do comissário político, como representante do M.P.L.A., é de assegurar as boas relações entre guerrilheiros e aldeões e de suscitar nestes um movimento para a construção de uma nova sociedade.

OS PODERES DE DECISÃO NO M.P.L.A.

As grandes linhas do movimento são fixadas pela Conferência Nacional que agrupa os delegados da base. Mas tendo em conta o número dos delegados, as distâncias a percorrer, as condições de combate que impedem certos delegados de estarem presentes, a realização regular desta conferência torna-se muito difícil. Assim ela delega os seus poderes a um Comité Director Nacional (mais restrito) de 40 membros, que representam os comités Directores das diferentes regiões. O poder de decisão, o poder executivo, em suma, pertence ao Comité de Coordenação Político-Militar. Este comité compreende 5 membros, entre os quais, o Presidente do M.P.L.A., o dr. Agostinho Neto.

III) AS ZONAS NÃO LIBERTADAS

1) Administração Colonial e o Exército.

Angola é dirigida por um Governo geral e um secretariado provincial escolhidos em Portugal, entre os portugueses da metrópole. O poder legislativo pertence à Assembleia Legislativa de Angola. Todos os deputados eram brancos com excepção de alguns chefes tradicionais que pretendiam representar o conjunto do povo africano.

Recordemos que são eleitores apenas :

— Os brancos.

— Os «assimilados» isto é uma pequena minoria da população angolana, composta por negros e mestiços, sabendo ler e escrever.

O único partido que era autorizado era a Acção Nacional Popular, o partido de Marcelo Caetano;

O Exército português em Angola é forte e bem armado, compreende 80.000 homens e é equipado pelos seus aliados da N.A.T.O (helicópteros franceses, aviões alemães, armas belgas, etc.). É um exército de quadros mas também um exército de milicianos. Os jovens portugueses devem cumprir um serviço militar de 4 anos, dos quais 2 anos nas colónias.

Recordemos que cerca de 50 % do orçamento de Portugal é dedicado à continuação da guerra em Angola, Moçambique e Guiné e Cabo Verde. A moral da tropa é geralmente muito baixa, excepto os comandos e tropas de choque. Uma prova suplementar é que milhares de jovens portugueses emigram cada ano clandestinamente para França, Alemanha ou Suíça, para não fazerem uma guerra assassina e que eles vêem bem que não lhes diz respeito; calcula-se o seu número em França, de cerca de 150.000.

Além do exército, juntemos a presença, sobretudo nas cidades de uma polícia política particularmente eficaz, a PIDE-DGS.

2) O desenvolvimento do poder branco.

Para continuar o domínio imperialista e colonialista em Angola, o Governo português esforçou-se por desenvolver a influência económica e política dos brancos em Angola.

Ele encoraja a emigração de portugueses para Angola.

Concede-lhes terras. Assim o projecto de desenvolvimento da baixa do Cunene permitirá a irrigação de 312.500 hectares de pastagens. A instalação de mais de 6.000 famílias de agricultores está prevista para esta região. Este projecto foi financiado pela África do Sul. Está igualmente prevista a instalação de colonos sul-africanos.

3) A nova estratégia dos portugueses.

O desenvolvimento do movimento de libertação nacional forçou os portugueses, a adoptar, a partir de 1961, novas tácticas «psicológicas e sociais».

1 — § Reagrupamentos da população: esta táctica foi já utilizada pelos americanos no Vietnam do Sul. O fim procurado é de juntar a população em campos sob o controlo português a fim de os isolar do M.P.L.A. Os portugueses construíram assim «os aldeamentos» ou aldeias estratégicas.

Em 1969, 1 milhão de angolanos (segundo números oficiais) tinham sido deportados e agrupados nas aldeias estratégicas. Eis aqui o relato de um padre branco sobre as aldeias estratégicas de Moçambique. As suas conclusões serão igualmente válidas para Angola.

«Os projectos falam de 1.000 pessoas por campo. Na realidade, juntam-se no máximo 300 para melhor as poder controlar. Se algum consegue escapar, junta-se naturalmente à guerrilha. O aldeamento é um terreno fecundo onde germina o ódio aos portugueses».

2 — § Tentativa dos portugueses de criar um movimento nacionalista sob o seu controlo: perante o crescimento da luta, o Governo de Lisboa, numa perspectiva de solução neocolonialista (à maneira rodésiana, possivelmente com uma divisão de Angola) tentou formar uma força nacionalista angolana sob o seu controlo — «o que os portugueses procuravam encontrar, era uma pessoa que passaria por nacionalista no interior do país» (dr. AGOSTINHO NETO).

Não pôde fazer mais do que facilitar a promoção de alguns assimilados (negros e mestiços eleitores) para alguns lugares da administração. Com efeito, ele furtou-se à oposição fantoche dos colonos e do Exército, a toda e qualquer reforma. Por outro lado, a influência do M.P.L.A., tornou-se rapidamente muito, importante.

Os portugueses não puderam encontrar nem criar nenhum líder africano que aceitasse colaborar abertamente com eles.

IV — O PROJECTO SOCIAL DAS ZONAS LIBERTADAS

O texto que reproduzimos, não é imitado do M.P.L.A. É um discurso de AMILCAR CABRAL, líder assassinado do P.A.I.G.C.

Pensamos não ter cometido um erro histórico, aplicando um texto de CABRAL, à situação de Angola.

Com efeito, ainda que a Guiné esteja mais perto da independência final, a luta desenvolve-se sensivelmente nas mesmas linhas, nas três colónias africanas sob o domínio português.

Este discurso foi pronunciado por AMILCAR CABRAL, em 1966, durante uma assembleia de aldeões, o que explica o seu estilo muito simples e figurado.

«Camaradas,

Eu vim a Maké, e conheço já alguns dentre vós. Estou contente por vos reencontrar e de conhecer novas caras. Quando se encontra um irmão, fica-se contente; mas aqui, nós somos mais do que irmãos; dois irmãos podem seguir caminhos diferentes. Nós, membros do Partido, combatentes do nosso povo, nós não temos dois caminhos, mas um só, o da liberdade e do progresso do nosso povo.

No nosso Partido, juramos dar a nossa vida para a libertação do nosso povo e para a libertação do nosso país, é por isso que devemos ter uma ideia certa da luta e das suas dificuldades. Jovens, mulheres, velhos, todos filhos e filhas do nosso povo, é preciso que cada um saiba o porquê de nos batermos. Chegou o tempo de acabar com os sofrimentos do colonialismo. Mas devemos também acabar com o atraso do nosso povo. Se nós lutamos apenas para acabar com os portugueses, não vale a pena lutar. Nós lutamos para acabar com os portugueses, mas também para que ninguém explore mais o nosso povo, nem os brancos nem os pretos.

Nós não admitimos a exploração do trabalho, por quem quer que seja. Nós não queremos que as mulheres e as crianças tenham medo. Nós queremos que todas as mulheres e que todos os homens do nosso país sejam respeitados. Nós queremos acabar com os portugueses e construir. Não é trabalho de um só, é o trabalho de todos, sobretudo daqueles que têm um espírito consciente. É preciso que o povo trabalhe. Um país feliz, é um país onde todo o mundo pode trabalhar, porque o trabalho é o que nos faz progredir. Cada homem e cada mulher deve saber que o trabalho é o primeiro dever. É preciso que todos saibam que todos os trabalhadores do nosso país são úteis. Não só o trabalho do intelectual ou do engenheiro, mas também o trabalho do enfermeiro, do agricultor e do mecânico, é também importante. Mas o trabalho mais importante de todos, para nós, é o trabalho da terra. O que produz mais arroz, contribui para o progresso. O país que nós queremos construir, é um país onde nós trabalharemos. Vocês podem pensar: há muito tempo que nós trabalhamos e não temos nada. Mas vocês trabalharam para os chefes e para os portugueses. Nós vamos retomar o nosso país por completo e trabalhar duramente, mas para que o trabalho dê proveito ao trabalhador. Nós lutamos pela justiça: o produto do trabalho não deve ser roubado. Ninguém tem mais valor que um trabalhador, a não ser outro trabalhador que produza mais. No nosso país, somos já nós que governamos. Mas governar, não quer dizer nada, se não temos escolas, hospitais e se não conseguirmos tratar a vida do campo, porque no nosso país é o campo que conta. Não podemos pensar que somos já livres. Estamos em guerra. Realmente, nós temos escolas, enfermeiras e postos sanitários; nós caminhamos já de cabeça erguida graças à acção do Partido e daquilo que nós próprios criamos. Nós queremos que nada falte no nosso país, graças ao nosso próprio trabalho: é isto que eu tinha para vos dizer. Vocês já o sabiam, mas é bom repeti-lo, mais uma vez. Ninguém o deve esquecer, nem os responsáveis, nem eu próprio. A cada momento um homem deve ter consciência clara da luta. Em todo o nosso país,

No nosso Partido, juramos dar a nossa vida para a libertação do nosso povo e para a libertação do nosso país, é por isso que devemos ter uma ideia certa da luta e das suas dificuldades. Jovens, mulheres, velhos, todos filhos e filhas do nosso povo, é preciso que cada um saiba o porquê de nos batermos. Chegou o tempo de acabar com os sofrimentos do colonialismo. Mas devemos também acabar com o atraso do nosso povo. Se nós lutamos apenas para acabar com os portugueses, não vale a pena lutar. Nós lutamos para acabar com os portugueses, mas também para que ninguém explore mais o nosso povo, nem os brancos nem os pretos.

Nós não admitimos a exploração do trabalho, por quem quer que seja. Nós não queremos que as mulheres e as crianças tenham medo. Nós queremos que todas as mulheres e que todos os homens do nosso país sejam respeitados. Nós queremos acabar com os portugueses e construir. Não é trabalho de um só, é o trabalho de todos, sobretudo daqueles que têm um espírito consciente. É preciso que o povo trabalhe. Um país feliz, é um país onde todo o mundo pode trabalhar, porque o trabalho é o que nos faz progredir. Cada homem e cada mulher deve saber que o trabalho é o primeiro dever. É preciso que todos saibam que todos os trabalhadores do nosso país são úteis. Não só o trabalho do intelectual ou do engenheiro, mas também o trabalho do enfermeiro, do agricultor e do mecânico, é também importante. Mas o trabalho mais importante de todos, para nós, é o trabalho da terra. O que produz mais arroz, contribui para o progresso. O país que nós queremos construir, é um país onde nós trabalharemos. Vocês podem pensar: há muito tempo que nós trabalhamos e não temos nada. Mas vocês trabalharam para os chefes e para os portugueses. Nós vamos retomar o nosso país por completo e trabalhar duramente, mas para que o trabalho dê proveito ao trabalhador. Nós lutamos pela justiça: o produto do trabalho não deve ser roubado. Ninguém tem mais valor que um trabalhador, a não ser outro trabalhador que produza mais. No nosso país, somos já nós que governamos. Mas governar, não quer dizer nada, se não temos escolas, hospitais e se não conseguirmos tratar a vida do campo, porque no nosso país é o campo que conta. Não podemos pensar que somos já livres. Estamos em guerra. Realmente, nós temos escolas, enfermeiras e postos sanitários; nós caminhamos já de cabeça erguida graças à acção do Partido e daquilo que nós próprios criamos. Nós queremos que nada falte no nosso país, graças ao nosso próprio trabalho: é isto que eu tinha para vos dizer. Vocês já o sabiam, mas é bom repeti-lo, mais uma vez. Ninguém o deve esquecer, nem os responsáveis, nem eu próprio. A cada momento um homem deve ter consciência clara da luta. Em todo o nosso país,

a luta armada se desenvolve. Mas nas regiões libertadas, as zonas onde há paz e zonas onde se combate todos os dias. Isto não é normal. Se vamos ao arrozal e vemos que do trabalho de dez homens, destruíram o trabalho de oito homens, não temos razão para estar satisfeitos. Na luta, é a mesma coisa. Somos dez e lutamos como oito. É insuficiente. Disto, já falei a dois camaradas nossos. E eles disseram: não temos armas suficientes. E eu digo, é o resultado que não é suficiente. Nós podemos sempre fazer mais. Alguns habituam-se à guerra e quando nos habituámos, é o fim: metemos uma bala na arma e passeámos. Ouve-se passar um barco no rio e não utilizamos a bazuca, e sobre o rio os barcos portugueses passam. Eu repito: podemos fazer mais. Devemos expulsar os portugueses. Eu digo isso mais claramente: os barcos continuam a passar: é inadmissível. Mesmo agora, eu vou falar com responsáveis e nós falaremos também. Devemos ter consciência de que não é necessário que o dirigente esteja presente para se fazer o trabalho. Pela minha parte, eu cheguei agora de Boé e como alguns outros dirigentes do Partido, devo estar um pouco por todo o lado, para ver como se desenvolve a nossa luta. Um homem e uma mulher dignos deste nome não precisam que os empurrem para fazerem o seu dever. Eles fazem-no por eles próprios. Senão, qual é a diferença entre um burro que é preciso estar sempre a empurrar para que ele caminhe? Eu não posso estar em todos os lados ao mesmo tempo; não se pode estar sempre à espera de directrizes. Os dois camaradas com quem falei, não podem estar sempre a dizer o que é preciso. Devemos ter consciência do trabalho e fazê-lo — o momento chegou de conseguirmos a independência do nosso país. Toda a luta caminha passo a passo, mas há momento onde ela tem que acabar. O mundo está cheio de complicações na nossa África; os colonialistas que partiam regressam de novo. Havia muitos povos que tinham a esperança de poder dirigir os seus próprios negócios. Ser dono do seu próprio destino, não quer dizer que os ministros sejam africanos; o que é necessário é que o nosso trabalho, as nossas riquezas nos pertençam, ao povo que trabalha para as criar. Há outras pessoas, além dos portugueses que não querem que sejamos donos da nossa terra. Não querem uma vez adquirida a independência, que sejamos nós a dominar: eles querem dirigir. Mas nós não os deixaremos. É por isso que é preciso acabar com os portugueses, porque os outros são seus aliados. Nós temos uma direcção do Partido firme e decidida, com armas e o povo connosco. Nós temos tudo para acabar com os portugueses. A luta armada é muito importante. Mas o mais importante, é ter consciência da situação do nosso povo. O nosso povo apoia a luta armada. Nós devemos dar-lhe a certeza de que aqueles que têm as armas na mão são os filhos do povo e que a arma não é superior ao instrumento

de trabalho. Se um traz a arma e outro o instrumento de trabalho, o mais importante dos dois, é o que tem os instrumentos de trabalho. Porque nós pegamos em armas para acabar com os portugueses, mas isso para defender os que têm os instrumentos de trabalho. Os professores são também importantes. Nós podemos lutar e ganhar a guerra. Mas quando tivermos o nosso país e o nosso povo não souber ler nem escrever, nós ainda não teremos nada. Isto não quer dizer que os que são instruídos são mais importantes que os outros; todo o povo deve saber ler. Ele deve saber ler para não ser mais enganado. Eu não falo de ser enganado pelos portugueses. Com os colonialistas, já não temos mais nada a dizer. O nosso diálogo com os portugueses, é a luta armada. Nós estamos já no nosso país, com armas na mão e nós falamos livremente. Nós estamos certos da vitória. Mas a nossa luta não é verdadeiramente útil se não respeitarmos o povo e se não abrirmos o caminho para as crianças e para as nossas enfermeiras para que sejam educadas e respeitadas. A nossa luta não tem sentido se o povo tiver medo daqueles que usam as armas. As nossas armas, são contra os portugueses, não contra o povo. Nós ganharemos se cada um cumprir o seu dever sem medo, se cada um cumprir o seu dever com consciência. A nossa luta será vitoriosa se cada um de nós tiver consciência que ser militante do Partido, implica deveres. A nossa luta é difícil. «Mesmo comer é difícil», diz o nosso povo. É preciso continuar porque nada pode parar a luta do nosso povo. Mas há uma coisa mais importante ainda: nós vamos tentar fazer de cada filho da nossa terra um homem consciente. Cabe aos militantes do Partido e muito especialmente aos responsáveis darem o exemplo.

A) O PODER DO POVO

Nas zonas libertadas, o M.P.L.A. tem mostrado aos camponeses como se devem unir e proceder para exercer a soberania.

Quando um destacamento chega a uma nova cidade, os militantes do M.P.L.A., nomeadamente o organizador político, reúnem os habitantes em assembleia e explicam-lhes o sentido da luta que eles travam. Mostram-lhes como poderão organizar-se para participar na luta, resolver eles mesmos os seus problemas com a ajuda do M.P.L.A. e ajudar concretamente os guerrilheiros na sua forma de combate.

Explicam-lhes então a necessidade de se organizarem «comités» de acção. Procedem-se então às eleições e cinco membros (um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um conselheiro) são escolhidos de entre a população. Em geral os habitantes nomeiam os chefes tradicionais da aldeia. Eles apercebem-se, contudo, que alguns

de entre eles não aceitariam estas funções se não para preservar o poder, e não por acreditarem ainda verdadeiramente na luta de libertação nacional. Assim, é que, pouco a pouco, os militantes do C. A. vão sendo escolhidos de entre os habitantes mais permeáveis e mais activos. (Cf. entrevista com Samende no fim do texto).

Os «comités» de acção não são eleitos por um período determinado (1 ou 2 anos). Dado que são responsáveis perante a assembleia do povo, se os camponeses não estiverem satisfeitos com o seu trabalho, apelam ao comissário político do M.P.L.A. Desta maneira, reúnem-se de novo em assembleia onde se examinam os erros e se fazem as críticas. No caso dos habitantes decidirem procede-se a novas eleições.

O PAPEL DOS «COMITÉS» DE ACÇÃO — ORGANIZAÇÃO DOS CAMPONESES

O «comité» de acção é a forma do poder popular dos camponeses nas zonas libertadas. Ele substitui o poder colonial a tal ponto que é o «comité» de acção que detém o registo do estado civil da aldeia.

1. Organização da Produção.

O «comité» da acção é responsável pela produção agrícola e dirige os armazéns do povo. Elabora os relatórios sobre o trabalho agrícola, sobre os resultados (colheitas, etc.), sobre as necessidades que os camponeses tenham quanto a utensílios, sementes, etc., a fim de serem entregues ao «comité» director da região.

2. Ligação com a luta armada do M.P.L.A.

Os «comités» de acção organizam a manutenção dos guerrilheiros nos diversos locais, especialmente a sua revitalização.

Demais, é sobre o conhecimento que têm da sua região, que vão informando os guerrilheiros sobre os movimentos e acções do inimigo.

3. A Auto-Defesa.

Inicialmente, os camponeses reclamam a presença sistemática dos guerrilheiros para os defenderem das investidas portuguesas. Nessas alturas estão amadurecidas as condições para que os guerrilheiros exerçam a sua mentalização política sobre os camponeses, demonstrando-lhes que eles se devem organizar em milícias populares com vista à sua auto-

-defesa, e por outro lado fazer-lhes compreender que a presença sistemática dos guerrilheiros nas aldeias imobilizaria a guerrilha. Então aprendem a levantar trincheiras, a camuflar a aldeia e a recrutar milicianos de entre os próprios camponeses.

São as milícias que asseguram a defesa e cobertura das aldeias durante os trabalhos nos campos e durante a noite as sentinelas fazem rondas para se precaverem dos ataques portugueses.

Efectivamente, passados tempos, é de assinalar que os pedidos dos camponeses que ascenderam ao comando militar, não é de mais homens, mas sim de mais armas. Para assegurar a sua auto-defesa os camponeses pedem armas e cada vez em maior número.

4. Ligações com a luta política do M.P.L.A.

Para compreender a força dos laços que unem os camponeses e os guerrilheiros, é necessário frisar que existem contactos frequentes entre os destacamentos* do M.P.L.A. e as vilas.

Um jovem guerrilheiro, solteiro, visita a sua aldeia no espaço que separa duas missões nas frentes avançadas da luta: efectivamente, é ele um camponês ou um guerrilheiro? A distinção que temos vindo a estabelecer entre os camponeses e guerrilheiros, com vista a uma melhor compreensão, é bastante esquemática. Há todo um trabalho comum nos campos colectivos cujo produto é partilhado pelos camponeses e guerrilheiros.

De início, os camponeses crêem muitas vezes que os guerrilheiros pretendam viver partilhando das suas colheitas e comendo os seus animais. Contudo, logo constatam que os guerrilheiros não beneficiam de quaisquer privilégios, mas sim que vivem duramente e que participam do trabalho agrícola. Este facto fá-los reforçar a sua confiança no M.P.L.A., aderindo à sua luta.

Há reuniões frequentes entre camponeses e guerrilheiros onde todos discutem os erros que se têm cometido, e decidem o que é necessário fazer para os corrigir para que a luta comum seja mais frutuosa.

Enfim, os «comités» de acção em ligação com os quadros do M. P. L. A., organizam a educação política dos camponeses, esforçando-se por lhes dar mais consciência no espirito de luta que travam, dos seus objectivos, da construção da nova sociedade angolana e de enquadrá-la com outras lutas de libertação que têm lugar no mundo.

* Destacamento: Grupo de guerrilheiros com cerca de 30 homens.

Coluna: grupo de guerrilheiros com cerca de 150 homens.

ENTREVISTA COM SAMENDE (45 anos) PRESIDENTE DUM «COMITÉ» DE ACÇÃO

P. — Como foi escolhido para representar a sua aldeia e como é constituído o «comité» ?

R. — A população da minha aldeia elegeu-me em 1967, ao posto de presidente do «comité» de acção porque eu era um bom trabalhador, um trabalhador modelo. É constituído por cinco membros: o presidente, o vice-presidente, o secretário, o tesoureiro e o conselheiro.

P. — Desde que o M. P. L. A. chegou encontra mudanças palpáveis na sua aldeia em relação à época colonial ?

R. — Há realmente uma grande diferença. Durante a época colonial, havia aqui somente prisões. Agora com o M. P. L. A. existem escolas (C. I. R.) e cursos de alfabetização em toda a região, não obstante a guerra. Um sistema de troca de víveres foi estabelecido entre a minha aldeia e todas as regiões que estão sob o domínio do M. P. L. A. Nas cooperativas do povo podemos trocar os produtos que cultivamos nos nossos próprios campos, por arroz, carne, vestuário e outros produtos. Temos também constituído um grupo de caçadores os quais partem para a caça e nos ajudam a constituir uma reserva de carne que é dividida igualmente entre a cooperativa do povo, a população e os guerrilheiros. Enquanto que na época colonial não havia senão medicamentos para brancos, desde que o M. P. L. A. chegou, podemos contar com um Serviço de Assistência Médica. Aprendemos a manejar as armas e podemos agora servir-nos delas para defendermos a nossa aldeia: temos a nossa Defesa Popular. Nada é mais precioso para mim do que a independência e a dignidade nacional. Os portugueses dizem que nós vivemos na selva, mas isso não é verdade: nós não somos feras, somos seres humanos.

P. — Como participais vós no combate ?

R. — Nós somos militantes do M. P. L. A. e ajudamos os guerrilheiros quando eles passam. Mas isso não é o nosso único trabalho. Nós conhecemos o terreno e podemos dirigir a sua passagem. Nós lutamos também, enquanto aldeões, em todos os domínios: produção, defesa da nossa aldeia, tudo para libertar o nosso País.

P. — Qual é a reacção dos aldeões aos helicópteros ?

R. — Nós não temos ainda armas para os abater. Assim, nós vemos onde os helicópteros deixam a infantaria, e retiramo-nos para a floresta. Mas isso não lhes dá o direito de ir ocupar a nossa aldeia. Nós não a abandonaremos jamais até ao último homem.

Nós compreendemos as táticas da infantaria, e nós sabemos como ela se desloca. Eles chegam à nossa aldeia, matam os nossos animais, roubam as nossas mantas e as nossas galinhas. Eu vi pessoalmente estas táticas fascistas: os portugueses mataram oito cabeças de gado: eles levaram seis no helicóptero e deixaram duas para os abutres; eles utilizam estes alimentos para alimentar as pessoas reunidas nos aldeamentos (1) estratégicos à volta dos postos portugueses.

P. — E acerca dos produtos químicos e da destruição das vossas colheitas ?

R. — Estas táticas encolerizam-nos, mas isso não é suficiente para nos fazer parar.

Isso faz crescer o nosso militantismo e a nossa compreensão dos métodos colonialistas e fascistas dos portugueses.

P. — Quantas pessoas foram levadas da vossa aldeia ?

R. — Depois de 1967 foram levadas 5 pessoas. Duas foram mortas no terreno e 3 conduzidas ao posto português. Uma delas era a minha sogra. As outras três sofreram sem dúvida, torturas físicas e mentais. Eu encontrava-me nas imediações do local onde duas mulheres, uma de certa idade e outra jovem foram apanhadas de surpresa pela infantaria portuguesa e levadas de helicóptero. Elas foram violadas e humilhadas e jamais ninguém as voltou a ver.

P. — Em que contexto vê a luta para a libertação de Angola ?

R. — Eu estou convencido que outros povos lutam contra o imperialismo e o neocolonialismo. Nós pensamos no seu combate, no dos vietnamitas, cambodjanos e dos povos da América Latina. Nós lutamos pela mesma coisa: «a independência e a dignidade humana».

P. — Qual é o seu maior desejo ?

R. — Ver a independência e ter armas para defender a nossa liberdade.

A U. N. T. A.

A União Nacional dos Trabalhadores Angolanos, organismo do M. P. L. A., é definida como Sindicato Nacional dos Trabalhadores Angolanos. Não confundamos a U. N. T. A. com os sindicatos que conhecemos: não é uma união para a defesa dos interesses económicos e

(1) Ver cap. II — AS ZONAS NÃO LIBERTADAS — Secção 3.

sociais dos trabalhadores contra a exploração capitalista. É a organização dos produtores angolanos para construir uma produção que corresponda às necessidades de todos.

Na fase actual de desenvolvimento das zonas libertadas, trata-se evidentemente, e antes de tudo, da produção agrícola.

As bases e os grupos móveis de guerrilheiros do M. P. L. A. têm os seus próprios campos. Mas é nas aldeias (quimbos) que se realiza a maior parte da produção agrícola. Essencialmente, são as aldeias que alimentam os guerrilheiros. Esta é feita conjuntamente pelos aldeões e pelas brigadas populares do M. P. L. A., e serve para os aldeões e para o reabastecimento dos guerrilheiros.

1. As aldeias (quimbos).

Há nas aldeias um conjunto de terras que pertencem colectivamente aos aldeões, e campos individuais.

Os aldeões trabalham dois dias por semana nos campos colectivos, sob a protecção das milícias que os defendem em caso de ataque.

Dois outros dias são consagrados ao trabalho nos campos individuais (assim como dois dias à educação e à formação militar e política e o sétimo ao repouso, aos cantos, às danças e ao teatro).

A produção dos campos colectivos é dividida em três partes para :

- os aldeões;
- os guerrilheiros;
- sementeiras e frente de combate.

— A criação de terras colectivas, foi difícil e chocou de início com a resistência dos aldeões. Mas pouco a pouco, eles compreenderam que o sistema de campos colectivos asseguravam melhor o reabastecimento e o bem-estar de todos, que se podia produzir mais e melhor nas terras colectivas. O exemplo dado pelas brigadas populares (formadas por guerrilheiros, militantes da O. M. A., e membros da Juventude do M. P. L. A.), que trabalhavam com os aldeões contribuiu para isso.

Em certos casos, os aldeões renunciaram já ao sistema de campos individuais e juntaram toda a terra em campos colectivos. Enfim, é normal os aldeões retirarem uma parte do produto dos campos individuais e oferecê-lo aos aldeões ou à loja do povo que o dá aos guerrilheiros de passagem por aquela aldeia — o que revela até que ponto estão ligados à luta do M. P. L. A.

ivos destacamentos e nas aldeias existem grupos de caçadores e de pescadores. O produto da sua pesca e da sua caça é dividido em três partes, que são :

- para o destacamento;
- para as bases do M. P. L. A.;
- para as lojas do Povo.

As lojas do Povo foram criadas para substituir as lojas mantidas pelos portugueses, e nas quais os aldeões podem comprar os géneros e os produtos que lhes fazem falta. A loja do Povo está sob controlo do Comité de Acção de cada aldeia.

Nós vimos que 1/3 do produto da caça e da pesca eram para a loja do Povo. Os aldeões podem comprar carne e peixe, assim como outros produtos importados (sal, açúcar, gordura, sabão, fósforos, agulhas, cobertores, vestuário, etc.), graças a um sistema de troca. Em troca desses produtos, eles deixam uma parte dos produtos dos campos individuais.

O valor de todos estes produtos foi fixado pela U. N. T. A., e é igual para todas as zonas libertadas.

Assim, se um aldeão traz arroz, por exemplo, este é pesado e o seu valor determinado. Ele recebe em troca, um valor igual em vestuário ou sabão, etc. ...

É também por intermédio das lojas do Povo que a U. N. T. A. assegura o fornecimento de instrumentos de trabalho aos aldeões, e sementes para os campos individuais e para os campos colectivos.

2. O aperfeiçoamento da produção.

Ao mesmo tempo, a U. N. T. A. procura aumentar e melhorar a produção agrícola.

Ela facilita a investigação agronómica, e introduz novas culturas novos métodos de rotação de culturas, novas técnicas de cultura e criação de gado.

A U. N. T. A., esforça-se em particular, por desenvolver culturas e técnicas de criação de gado, que permitam um melhoramento qualitativo (em proteínas, em vitaminas) da alimentação. As culturas tradicionais dos aldeões eram mandioca, milho (trigo da Índia) e milho miúdo. As novas culturas introduzidas pela U. N. T. A., são, principalmente : arroz, feijão verde, tomate e couves. Mas os aldeões têm que ter em conta a acção dos aviões portugueses que deitam desfolhantes e herbicidas sobre as culturas. Os portugueses «servem-se da aviação para

lançar sobre as nossas colheitas bombas químicas, compradas nos países da N. A. T. O. Acompanhados pelos helicópteros, os bombardeiros atingem uma baixa altitude e lançam estes produtos químicos sobre as nossas culturas. As outras colheitas (amendoim, batata doce, bananas, batata) não foram destruídas. Segundo o dr. Tó Zé ⁽¹⁾, responsável médico da zona D, os camponeses não comeram as colheitas que foram afectadas. Só o massangu e o milho sobreviveram. O dr. Tó Zé viu os efeitos destas bombas sobre a mandioca: «em menos de 24 horas esta raiz seca e fica preta».

Assim novas táticas são empregadas para impedir os bombardeiros de atingir a baixa altitude, que lhes é necessária para lançar os produtos tóxicos :

- campos invisíveis à aviação inimiga;
- campos abertos, mas inacessíveis à aviação, pois estão protegidos por armas anti-aéreas;
- plantações onde as árvores estão separadas apenas por uma distância de 15 a 30 pés umas das outras.

A educação dos aldeões e a sua formação para as novas técnicas de agricultura e criação de gado faz-se no C. I. R.

A U. N. T. A. criou, nas zonas libertadas, várias quintas experimentais. Lá se ensalam as novas culturas, as novas técnicas e é lá que se formam os quadros agrónomos.

A EDUCAÇÃO

1. A herança do colonialismo português.

Depois de 500 anos de colonização portuguesa, quais são então os resultados da «missão civilizadora» de Portugal, no domínio da educação ?

Em 1961, Angola contava com 99 % de analfabetos entre a população africana. Existiam algumas escolas oficiais, mas estavam quase sempre situadas nas cidades ou nas zonas onde residiam os brancos.

A partir de 1962, o Governo português tentou controlar a população africana para cortar ao M. P. L. A. a sua força vital, o povo. Assim empreendeu a construção de escolas em maior número, sobretudo nas zonas de reagrupamento da população.

(1) Médico português que se juntou ao M. P. L. A. na luta.

Isto foi um fracasso. Podem-se apontar como razões essenciais :

— A falta de formação dos professores que na maior parte não tinha senão a escola primária, isto é, quatro anos de escolaridade.

— A natureza do ensino : ensinava-se apenas o português, desprezando-se as línguas nacionais faladas pelas crianças. Ensinava-se a história, a geografia de Portugal. A história das colónias é no entanto por vezes mencionada, mas sempre em relação com a de Portugal.

Este ensino oficial é, pois, de qualidade medíocre e não tem nenhuma ligação com a língua, a cultura, a personalidade das crianças angolanas. Assim a percentagem de fracassos é enorme : de todos os alunos inscritos em Angola, nos anos 1967-70, 4,4 % acabaram a instrução primária. A mais alta percentagem, foi atingida em Luanda (9,8%), e a mais baixa (1,96 %) no Cuando Cubango.

Os responsáveis do ensino oficial comentam assim este fracasso :

«Estes resultados não abonam em favor do sistema. A maior parte da população escolar (e a quase-totalidade dos alunos nas zonas rurais) não vai além dos dois ou três primeiros anos da instrução primária. Os ensinamentos apreendidos na escola são de tal modo rudimentares e superficiais, que, ao fim de algum tempo, eles recaem no analfabetismo...».

(Correio da UNESCO — Novembro de 1973).

2. As condições em que o M. P. L. A. lançou a sua campanha.

Nas zonas libertadas onde nada havia sido feito pelo Governo português, o M. P. L. A. instalou perto de sessenta escolas. O M. P. L. A. edita e difunde os seus próprios manuais, e esforça-se por alfabetizar a população adulta.

Os seus esforços valeram-lhe o elogio da U.N.E.S.C.O..

Mas em que condições se faz a campanha para a educação nas áreas libertadas ?

Uma entrevista com uma jovem guerrilheira, Tala Hardy, de 18 anos permite-nos responder a esta pergunta.

«Eu nasci em Nambuanguo, perto de Luanda, na primeira região. Quando a guerra começou em 1961, eu era muito pequena e não me lembro bem do que se passou então. Mas lembro-me um pouco dos anos 62-63.

A guerra começou a 4 de Fevereiro e os levantamentos populares em Março. Os «tugas» (colonialistas portugueses) vieram com aviões e bombas e massacraram a população...

Ninguém na minha família foi morto. Nós refugiámo-nos no mato e aí ficámos durante três anos. Em seguida, fomos para o Congo Kinshasa e depois para o Congo Brazzaville. Em 1965, comecei os meus

estudos na escola do M. P. L. A., perto da fronteira de Cabinda. Estudei aí durante três anos, mas depois disso fomos enviados para a zona sul da 3.ª Região. Continuei a estudar numa escola no mato. O resto da minha família permaneceu numa aldeia do M. P. L. A. Presentemente, uma das minhas irmãs é médica em Kassamba e os meus pais estão em Dar-es-Salam, pois estão doentes.

A escola onde eu estudava na 3.ª Região, foi bombardeada duas vezes. Partimos e reconstruímos a escola num outro lugar, mas também esta foi bombardeada e ficou tudo queimado: a casa, os livros, os cadernos, o papel, tudo. Então, os comandantes da Região decidiram que todas as crianças da escola iriam para a fronteira de modo a poderem continuar os seus estudos. Em 1969, formaram um grupo de guerrilheiros que nos acompanhou até à fronteira...». (OMA — n.º 1 /73).

Acrescentemos que as escolas do M. P. L. A. estão abertas de Novembro até Junho e fecham quatro meses durante a ofensiva anual portuguesa.

3. A educação das crianças.

Desde o início da luta de libertação nacional, há um organismo do M. P. L. A., o D. E. C. (Departamento de Educação e Cultura) que é o responsável pela educação das crianças.

Foram construídas pelo M. P. L. A. cerca de seiscentas escolas, que acolhem mais de três mil crianças.

A escola primária tem a duração de cinco anos.

O primeiro ano é de aprendizagem do trabalho escolar, da vida colectiva e do estudo da língua. Ensina-se às crianças a conhecer a natureza da região e o meio em que elas vivem.

Os quatro anos seguintes são dedicados à escrita e à leitura, à matemática, à história angolana e à consciencialização das crianças do que se passa no resto do mundo, principalmente das outras lutas de libertação nacional. Foram utilizadas diversas técnicas pelos professores do M. P. L. A., particularmente o teatro. As crianças fazem peças, nas quais elas encarnam sucessivamente, o português, o dono da roça, o capataz, os contratados, etc..

Deste modo elas compreendem melhor o que é o colonialismo e a exploração.

Só podemos compreender esta politização das crianças se a enquadrarmos na luta conduzida pelo M. P. L. A. Não se ensina a ler às crianças unicamente para que elas saibam ler. Na verdade para que serviria isso se elas não são livres? A educação deve ser um meio para

a libertação total do Povo angolano e a educação e formação das crianças deve permitir a formação de quadros, mais numerosos e mais instruídos para prosseguir a luta e para a reconstrução do País.

Inicialmente a escolarização das crianças foi feita unicamente em português. Os manuais editados e difundidos pelo M. P. L. A. eram escritos em português.

Depois de 1969-70 fez-se um esforço gigantesco para escolarizar as crianças tanto em português como na sua língua nacional. Os livros utilizados actualmente estão escritos em português e também nas quatro línguas nacionais mais faladas em Angola.

O ensino secundário é ministrado nos C.I.R. (Centros de Instrução Revolucionária) e no Internato 4 de Fevereiro, perto da fronteira de Cabinda. Este nome comemora a data do início da luta de libertação.

Finalmente um pequeno número de estudantes tem a possibilidade de estudar, todos os anos nas Universidades de países amigos.

Sessenta escolas é ainda um número restrito. O ensino escolar e técnico está ainda em embrião (apesar da construção com a ajuda da U.N.E.S.C.O., da Suécia e da Dinamarca, o INSTITUTO ANGOLANO DE EDUCAÇÃO em Dolisie, na República Popular do Congo).

Mas lembremo-nos em que condições é conduzida a luta pela escolarização das crianças.

Lembremo-nos ainda do que dizia a jovem guerrilheira, acerca das condições em que estudou.

É grande a esperança de realizar como na GUINÉ-BISSAU (outra colónia que apesar da presença do Exército português proclamou a sua soberania em 1973), um programa completo de educação das crianças em idade escolar.

4. A educação dos adultos.

A educação dos adultos faz-se nos Centros de Instrução Revolucionária (C.I.R.). Estes centros eram em número de dez em 1970 e situados nos campos de base do M. P. L. A.

Grupos de adultos reúnem-se aí para receber instrução. São homens e mulheres, guerrilheiros e aldeões.

O programa compreende a alfabetização em português e nas quatro línguas mais faladas e também cursos de higiene, estudo de métodos agrários que permitam o melhoramento das culturas e da criação de gado, cursos de corte e costura, etc...

Há igualmente uma formação militar e política dada pelos quadros do M. P. L. A.

A função dos C.I.R. é formar quadros para a luta.

Temos uma ideia dos resultados obtidos na campanha de educação de adultos.

A maior parte dos assistentes médicos formados pelo M. P. L. A. eram inicialmente analfabetos.

O analfabetismo é ainda elevado entre os adultos, mas o Departamento de Informação e Propaganda edita brochuras e mesmo em algumas zonas, jornais para uso dos guerrilheiros e aldeões. Quando falta tinta ou papel usa-se a técnica de jornais murais.

Os textos são escritos em português e na língua nacional da região, e há sempre nas aldeias, adultos alfabetizados que lêem o jornal em voz alta para os outros. Estes textos são bastante ilustrados com desenhos, fotografias e têm uma linguagem simples.

5. O papel da Organização da Mulher Angolana (O.M.A.).

A O.M.A. desempenha um papel importante na campanha de alfabetização. Com efeito são as mulheres, que entre muitas outras tarefas (tratar das crianças, tarefas domésticas, participação no trabalho dos campos, organizar o reabastecimento dos guerrilheiros), consagram o seu tempo à alfabetização. Em 1973, a O.M.A. construiu um centro destinado às mulheres, o Centro Deolinda, nome de uma militante que foi assassinada por forças pró-colonialistas. Neste centro, têm lugar, entre outros, cursos de alfabetização para mulheres, cursos de costura, assim como cursos de formação política e militar.

Em 1972, a U.N.E.S.C.O. atribuiu o prémio literário Nadejda Krupskaya à O.M.A. pela sua contribuição na campanha de alfabetização.

6. O despertar do Povo angolano para a sua cultura nacional.

P. — Você mencionou a cultura tradicional. Que fazem vocês para tornarem as pessoas conscientes da sua cultura nacional angolana ?

R. — Através de canções e danças tradicionais do Povo angolano, nós tentamos nos Centros de Instrução Revolucionária, tornar as pessoas conscientes de que elas são angolanas. Representamos peças que mostram o que era a vida em Angola antes da chegada dos portugueses, como eram as nossas sociedades. Depois, o que conhecemos com a chegada dos portugueses, e a resistência do nosso Povo. Finalmente como começou o combate para a nossa libertação e os seus progressos. Eis o que procuramos fazer para que no futuro haja uma unidade cultural de toda a Angola.

O nosso objectivo é recrear as populações, mas também é extraordinariamente importante do ponto de vista educativo.

Se o povo vê o que era Angola antes e depois da chegada dos portugueses, durante a primeira forma de resistência e durante a luta de libertação que conduzimos actualmente, ser-lhe-á fácil identificar-se como angolano.

Há bastantes intelectuais em Angola, mas a maior parte deles não trabalham para a revolução; são reaccionários que colaboram com os portugueses. Alguns tentam ser neutros, mas isto já não é possível, eles terão que ser revolucionários ou reaccionários. Eles têm que escolher. Mas para além destes que apenas trabalham para si, e que vivem de maneira burguesa, nós temos os nossos intelectuais na revolução. Eles ajudam-nos a desenvolver a nossa cultura nacional. Alguns, entre os jovens que saem das escolas, são poetas como o Dr. Neto, e nós procuramos utilizar os seus poemas para edificar o nosso teatro, dando-lhes uma forma teatral. É essa a outra parte do nosso trabalho. Há ainda a mencionar as canções revolucionárias que ensinamos ao povo.

(Extraído de uma entrevista de S. Monimambo, ex-comandante, ex-membro do Comité Directivo do M. P. L. A.)



Edição do Departamento de Informação e Propaganda. — DIP

Editorial Globo

0230